

Resumo de Aviso do Plano Anual de Avisos

Aviso a publicar em: -

Natureza do aviso: Convite

Âmbito de atuação: Operação

Designação do aviso

Apoios à Contratação

Finalidades e objetivos

A tipologia de operação “Apoios à Contratação” visa contribuir para a melhoria da qualidade do mercado de trabalho, fomentando a criação e sustentabilidade do emprego, em particular para os públicos com maiores dificuldades de acesso e consubstancia-se na concessão de um apoio à celebração de novos de contratos de trabalho com desempregados inscritos no Serviço Público de Emprego, bem como um apoio à conversão de contratos de trabalho a termo certo em contratos de trabalho sem termo.

Constituem objetivos dos apoios à contratação:

- Prevenir e combater o desemprego
- Fomentar a criação líquida de postos de trabalho
- Incentivar a inserção profissional de públicos com maior dificuldade de integração no mercado de trabalho
- Promover a melhoria e a qualidade do emprego, incentivando vínculos laborais mais estáveis
- Fomentar a criação de postos de trabalho localizados em territórios do interior, de forma a reduzir as assimetrias regionais

Programação

Programa	Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
Prioridade do Programa	4A - Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género
Objetivos específicos	ESO4.1 - Acesso ao emprego
Tipologia de ação	ESO4.1-01 - Apoios ao emprego (ESO4.1)
Tipologia de intervenção	ESO4.1-01-02 - Apoios à contratação
Tipologia de operação	4002 - Apoios à contratação

Dotação Indicativa

Programa	Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima Cofinanciamento	Financiamento Nacional	Dotação Nacional	Total
PESSOAS	FSE+	56 239 561,50 €	85,00%		0,00 €	56 239 561,50 €
Total		56 239 561,50 €	-		0,00 €	56 239 561,50 €

Enquadramento em instrumentos territoriais

Instrumento Territorial:

Enquadramento:

Região

Centro; Norte; Alentejo.

Período de candidaturas

De Janeiro 2025 a Março 2025

Observações

Modalidade de apresentação

Individual.

Legislação nacional

Este Aviso tem política pública regulada ou contribui para Agenda ou Estratégia Nacional?

Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro, que define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas, nomeadamente programas de apoio à contratação, destinado a promover a contratação de desempregados, entre os quais os seguintes instrumentos: Portaria n.º 187/2023, de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 390/2023, de 23 de novembro, Portaria n.º 38/2022, de 17 de janeiro, alterada, por último, pela Portaria n.º 39-A/2024, de 1 de fevereiro, Portaria n.º 220/2024/1, de 23 de setembro, e Portaria n.º 221/2024/1, de 23 de setembro.

Este Aviso tem Regulamentação Específica?

Regulamento Específico Demografia, Qualificações e Inclusão (Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro, na sua atual redação).

Ações elegíveis

São elegíveis apoios à contratação a termo e sem termo, nomeadamente através da criação de postos de trabalho, e apoios à conversão de contratos de trabalho a termo certo em contratos de trabalho sem termo, de acordo com o disposto no artigo 45.º do Regulamento Específico.

Tipificação Entidade beneficiária

Pública.

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

O IEFP, I. P., enquanto organismo responsável pela concretização do respetivo instrumento de política pública, assumindo perante a autoridade de gestão a qualidade de beneficiário, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março.

São destinatários as pessoas que reúnam as condições previstas na regulamentação nacional aplicável à medida de política pública.

Outras observações

-